

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011739-79.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Aposentadoria por Invalidez Acidentária**  
 Requerente: **Elaine Cristina Martins Biazetti**  
 Requerido: **Instituto Nacional Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

**ELAINE CRISTINA MARTINS BIAZETTI** ajuizou a presente ação de **CONVERSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO EM ACIDENTÁRIO c.c. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ACIDENTÁRIA e sucessivamente RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO** em face de **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**.

Segundo a inicial: 1) a autora é portadora de “síndrome do manguito rotador” – CID M 544 – “Lumbago com ciática” (fls. 02). 2) tal moléstia adveio do ritmo intenso de trabalho, com cargas excessivas de tarefas, devido a deficiência de pessoal, movimento frenético, sob pressão da chefia na busca de resultados e ainda com marcha repetitiva, sem pausas legais em ambientes insalubres. Que existe assim, o nexos causal entre sua doença e a atividade que exercia. 3) Que a perícia administrativa não é realizada de forma adequada para verificação de qualquer lesão ou doença. Posto isso, requereu a conversão de benefício pretérito em acidentário, bem como a concessão de aposentadoria por invalidez. Pede a antecipação dos efeitos da tutela. Juntou documentos às fls. 14/27.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Fls. 28 - A liminar ficou para ser apreciada após a realização da prova pericial.

Devidamente citado, o réu apresentou sua contestação às fls. 40 e ss., rebatendo as afirmações da autora e alegando em sede de preliminar a prescrição do fundo de direito. Aduziu que a aposentadoria por invalidez, tanto de origem acidentária, quanto previdenciária, tem como requisito básico para a sua concessão, a constatação da invalidez em caráter total e permanente para o exercício de qualquer atividade laborativa. Sustentou que já se passaram mais de oito anos desde a cessação do benefício que a autora busca restabelecer e que nesse ponto, a legislação estabelece a necessidade de reavaliação periódica, não autorizando a retroação do termo inicial do benefício para um período tão longo como o postulado na presente demanda. No mérito, ponderou que não se pode confundir deficiência de membro ou função com incapacidade laborativa. Culminou por pedir a total improcedência da pretensão contida na portal. Juntou os documentos de fls. 48/51.

Réplica às fls. 158/159.

O Laudo pericial foi carreado a fls. 201/204 e complementado a fls. 269. Sobre ele manifestou-se a autora (fls. 213), concordando com o teor; o réu conforme certidão de fls. 220 deixou de se manifestar.

Na sequência, foi realizada audiência para oitiva de testigos, conforme termos de fls. 245/249.

É o **RELATÓRIO**.

**Decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Da preliminar de prescrição:**

O STJ firmou entendimento de que o benefício previdenciário e, conseqüentemente, sua revisão, não estão sujeitos à decadência, mas somente à prescrição e mesmo assim atingindo apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, o que será observado no dispositivo desta decisão.

**No mérito.**

Aflora dos autos que a autora, então laborando como operadora de máquina “B” na linha de produção da empresa A.W. Faber Castell S/A “adquiriu” a “LER” diagnosticada na perícia (cf. fls. 269).

Essa enfermidade embora não seja caracterizada como típica doença ocupacional, pode ser desencadeada ou exacerbada por esforços e por movimentos repetitivos.

\*\*\*

O exame pericial oficial (fls. 201/204 e 269) – único produzido – não foi impugnado especificamente pelo réu e deixou evidenciado que a obreira teve desencadeada a “LER” pelos esforços repetitivos no trabalho.

Por outro lado, inegável o caráter irreversível e progressivo da moléstia.

O réu, de sua feita, não trouxe laudo de contestação, aliás,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

deixou decorrer o prazo sem manifestação e a autora concordou com os trabalhos apresentados pelo Vistor Oficial (v. fls. 213 ss).

Cabe ainda ressaltar os dizeres das testemunhas CLEBER e SIMONE que relataram que trabalharam no mesmo setor da autora; disseram que o ritmo de trabalho era intenso, com cargas excessivas de tarefas, com deficiência de pessoal, que o movimento era frenético, e ainda era desempenhado sobre pressão da chefia na busca de resultados quantitativos; que a marcha do trabalho era de repetição, sem pausas legais e em ambientes insalubres.

Simone ainda acrescentou que trabalhavam de pé na maioria do tempo – relatou que havia um banquinho de madeira que quase não era utilizado por causa da altura da bancada e que a produção era fixada e cobrada pela chefia e que quando não alcançada o funcionário era chamado, sendo anotado em fichas o descumprimento da meta pela funcionário.

Cleber também confirmou as circunstâncias descritas na portal; acrescentou que as caixas de lápis tinham por volta de 20 kilos que quase não conseguiram levantar. Não haviam pausas e até mesmo as idas ao banheiro eram controladas pelo chefe da produção.

Em suma: faz ela jus ao auxílio acidente a partir da alta médica mal concedida em 20/01/2007 (fls. 83).

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder ao autor, **ELAINE CRISTINA MARTINS BIAZETTI**, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

favorável ao obreiro.

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câ., Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.

O valor em atraso, ou eventuais diferenças, será pago de uma só vez, atualizados com correção monetária desde a data em que deveriam ter sido efetuados os pagamentos de cada uma das prestações vencidas, observando os índices previstos para as condenações contra a Fazenda (Lei 11.960/09), sendo que a partir de 25/03/2015 será utilizado o IPCA-E a título de índice de correção, tendo em vista a modulação dos efeitos da ADI 4357/DF e 4425. Cabe salientar que os juros moratórios, contados nos termos da Lei 11.960/09 (caderneta de poupança), somente incidirão a partir da citação (Súmula 204, STJ).

O “dies a quo” é o dia seguinte a data do cancelamento do benefício de auxílio-doença, ou seja, 20/01/2007 (fls. 83).

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários advocatícios que arbitro, em atenção ao inciso II, do paragrafo 4º, do art. 85 do CPC, no valor médio dos percentuais especificados nos incisos de I a V do § 3º (obviamente no inciso em que o valor obtido na fase de liquidação se encaixar), do mesmo dispositivo.

Oficie-se para implantação do benefício. Nesse aspecto fica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

antecipada a tutela.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 496 do CPC e Súmula 423 do STF.

P.R.I.

São Carlos, 26 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**